

*Daniela Batista de Lima* APRESENTAÇÃO  
(UnB)

A reflexão proposta no presente artigo é resultante do contexto de pesquisa de mestrado sobre o povo Kajkwakratxi-jê (Tapayuna) nos anos de 2011 e 2012. Neste período realizei pesquisa documental que reuniu materiais relativos a um amplo período, desde o século XVIII à década de 1970. Ademais, permaneci por 12 dias na aldeia Ngôsoko, na TI Wawi do povo Kîsêdjê, no estado do Mato Grosso, onde residem alguns Tapayuna, e gravei extensos depoimentos sobre a experiência e percepção do contato com uma senhora tapayuna, Ngejwotxi, que sobreviveu aos episódios trágicos que marcaram a história de contato dos Tapayuna com os brancos. Isto posto, os parágrafos que seguem são extraídos e adaptados da dissertação de mestrado intitulada “Vamos amansar um branco para pegar as coisas”, concluída em 2012 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília.

Este artigo está estruturado em quatro tópicos e objetiva criar um quadro histórico a fim de evidenciar os eventos que caracterizaram o processo genocida da história tapayuna. O primeiro deles, “Os povos indígenas da região Tapajós-Juruena-Arinos”, baseia-se, especialmente, em fontes secundárias e relatos de viajantes e cronistas do século XVIII e XIX relativos à ocupação da área. Há referências nesses documentos a vários povos que à época eram denominados como “Tapayuna”, todavia nenhuma das descrições físicas e culturais parecem ser compatíveis com os Kajkwakratxi-jê.

Na seção subsequente, “Os projetos de colonização”, descrevo sumariamente a construção das linhas telegráficas pela Comissão Rondon e sua tática junto aos povos indígenas. Enfatizo como esses trabalhos foram perpetuados a partir da proclamação da Marcha para o Oeste, que culminou no infrene processo de colonização da região do rio Arinos pela empresa Conomali, que, em razão de seus interesses de

ocupação das áreas, apoiou, em termos logísticos e financeiros, as tentativas de contatar os povos indígenas da região (Kayabi, Rikbaktsá e Tapayuna).

No item “As tentativas de pacificação” trato das relações hostis entre os Iranxe e os Tapayuna; das tentativas de contato pelos missionários jesuítas da Prelazia de Diamantino; da participação e atuação do SPI, e posteriormente da Funai, nesse processo; e da evidência jornalística que esses últimos fatos tiveram na década de 1960, com a publicação de inúmeras reportagens.

Por fim, em “As consequências do contato”, ressalto o cenário dramático em que os Tapayuna se encontravam em 1969, já contaminados pela gripe e tendo sofrido uma drástica redução populacional. Em 1971 foram transferidos para o Xingu. Faço alusões ao relatório sobre a expedição executada na “Reserva Indígena Tapayuna” no mesmo ano, o qual constata a inexistência de sobreviventes na área delimitada. O resultado foi a extinção da reserva em 1976 e a abertura oficial da área à colonização.

Esse quadro histórico teve como objetivo trazer à tona os eventos que marcaram o caráter etnocida da história tapayuna. O processo foi decorrente de políticas governamentais de exploração e ocupação do estado do Mato Grosso, por meio de ações que desconsideravam a existência dos povos indígenas na região. As condições deficitárias em que atuava (e atua) o órgão indigenista, aliadas a sua ineficiência, reflexo do descaso governamental para com os índios, culminou na dizimação quase integral da população tapayuna, na extinção de sua reserva e na abertura da área para o desenvolvimento por parte das empresas colonizadoras, cuja atuação foi veementemente incentivada e apoiada pelo Estado brasileiro.

## OS POVOS INDÍGENAS DA REGIÃO TAPAJÓS-JURUENA-ARINOS

---

O levantamento histórico realizado por Menendéz (1992), concernente aos contatos entre indígenas e brancos na região, informa que a penetração não indígena da área Tapajós-Madeira começa, a partir do século XVII, com a chegada de religiosos jesuítas que criavam ali aldeamentos reunindo indivíduos de diferentes povos. Com a expulsão dos jesuítas em 1757, os aldeamentos passam à categoria de vilas, geridos pela administração secular. Contudo, o trabalho missionário perdurou nas décadas subsequentes pelos carmelitas e franciscanos. Os jesuítas constituíram a infraestrutura necessária para ocupação da área e sua expulsão suscitou a posse de propriedades por leigos (Menendéz 1992).

Em 1747, o sargento João de Souza Azevedo partiu do Mato Grosso com um grupo de 58 pessoas, em seis canoas, para realizar uma expedição que durou sete meses e passou pelos rios Jauru, Paraguai, Sepotuba, Sumidouro, Arinos, Juruena e Teles Pires. Neste último rio, chamado de São Manuel, encontraram ouro. Após a descoberta do ouro, parte do grupo retornou ao local de origem para dar a notícia enquanto João de Souza seguiu viagem até o Tapajós. Dois anos depois, em 1749, João de Souza retornou ao Teles Pires com uma comitiva de 40 pessoas, acompanhada de 150 soldados, que foram enviados para resguardar as minas (Menendéz 1992: 298).

De acordo com Nimuendaju, (1963 [1948]), na época da expedição de João de Souza, os Tapayuna que, segundo o autor, eram referidos como Arino, viviam na margem direita do rio de mesmo nome. O nome Arino foi

substituído por Tapayuna, cujo significado, traduzido a partir da língua geral, era “negro” (Nimuendaju 1963[1948]). Ao aludir sobre os Tapayuna, Nimuendaju baseia-se em fontes secundárias, tais como Guimarães (1865 [1844]), Castro & França (1868), Coudreau (1977 [1897]) e nos documentos reunidos por Castelnau (2000 [1850-59]) sobre o rio Arinos na primeira metade do século XVIII. Como se verá adiante, as descrições que aparecem nas fontes acima mencionadas suscitam um grande nível de incerteza sobre o fato de os “Tapayuna” por eles apresentados serem os Kajkwakratxi-jê.

Com relação a outros viajantes que percorreram a área no século XVIII, Menéndez cita João de São José, bispo de Grão-Pará, que viajou pelos rios Arinos e Juruena em 1762-3, localizando diversos povos indígenas (Menéndez 1992). Os Tapayuna, entretanto, não são mencionados.

No decorrer do século XVIII, ocorre o povoamento do estado do Mato Grosso tendo como base a atividade mineradora por meio da extração do ouro de aluvião, iniciada em 1720, na região onde seria instalada a cidade de Cuiabá (Borges 2001).

Cerca de dez anos após a descoberta do ouro em Cuiabá são encontrados diamantes na região do futuro município de Diamantino, cerca de 150 km de Cuiabá, próximo às cabeceiras do Arinos, para onde se deslocou grande número de imigrantes e fundou-se o Arraial do Ouro do Alto Paraguai que, em 1820, passou à categoria de vila, denominada Vila de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguay Diamantino.

Em 1805, visando à extração de ouro no Alto Paraguai Diamantino, o capitão Manoel Carlos de Abreo e Menezes empreendeu uma navegação que desceu o Amazonas pelos rios Arinos e Tapajós (Leverger 1865).

No período de desenvolvimento do município de Diamantino, devido à descoberta de diamante, o rio Arinos tornou-se assiduamente navegado, sendo considerado um dos mais importantes do estado do Mato Grosso por ser também via de penetração de seringueiros e colonizadores.

A cidade de Diamantino teve sua fase de decadência e despovoamento entre os anos de 1826 e 1850. Com a abolição da escravatura, o comércio da região foi eliminado. Na segunda metade do século XVIII, a atividade mineradora começa a declinar e, no início do século XIX, ocorre em ritmo acentuadamente menor (Borges 2001).

Em 1827, chega a Cuiabá uma expedição científica a cargo do imperador da Rússia, chefiada por Jorge Langsdorff, que realizou trabalhos de geografia nos rios Arinos, Jurena e Tapajós. Em 1862, C. B. Bossi viajou pela confluência do rio Preto com o Arinos e publicou, um ano depois, um mapa da região, de Cuiabá ao Arinos (Leverger 1865).

Em sua *Memória sobre os usos, costumes e linguagem dos Appiacás e descobrimento de novas minas na Província de Mato Grosso*, publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil em 1844, o Cônego José da Silvia Guimarães explica que o receio dos viajantes com as dificuldades e perigos encontrados durante a navegação do rio Arinos, no século XIX, foi amenizado devido à amizade conquistada com os Apiakás, referidos como uma “poderosa Nação” possuidora de diversas aldeias localizadas nas margens do rio (Guimarães 1865 [1844]: 297).

Os primeiros navegantes do rio Arinos, segundo Guimarães, costumavam atirar com espingarda em direção aos índios, o que provocou, a princípio, uma atitude hostil por parte dos Apiaká. À medida que a presença dos

viajantes tornou-se mais frequente e a entrega de presentes uma prática recorrente, os próprios índios faziam sinais para as embarcações se aproximarem e inclusive levaram integrantes das expedições a suas aldeias, onde alguns permaneceram e aprenderam a língua apiaká (Guimarães 1865[1844]: 297).

Em uma viagem realizada por Antonio Peixoto de Azevedo no ano de 1818, alguns Apiaká acompanharam os expedicionários até Cuiabá e foram presenteados com roupas, frutas e legumes. Cônego Guimarães relata o encantamento recíproco dos índios e dos moradores de Cuiabá, o que os levou a retornar à cidade em 1819. Um grupo de 14 índios, acompanhados por um intérprete não indígena, Braz Antonio, que vivia em uma aldeia apiaká desde 1816, foi a Cuiabá e visitou o Capitão-General, Barão da Villa Bella, que os recebeu, de acordo com Guimarães, de maneira amistosa. A partir da conversa com o intérprete, Guimarães coleta as informações que resultam na publicação da sua *Memória sobre os usos, costumes e linguagem dos Appiacás e descobrimento de novas minas na Província de Mato Grosso*.

As boas maneiras dos Apiaká foram ressaltadas pelo Cônego como uma marca que os diferenciava das outras “nações selvagens”. O cacique apiaká, denominado Severino, foi presenteado pelo Barão de Villa Bella com uma farda e uma espada, que, segundo o cacique, seria utilizada para “cortar as cabeças dos Tapanhónas, seus figadaes inimigos” (Guimarães 1865[1844]: 306).

O mesmo autor afirma que na margem oriental do Arinos está o rio dos Peixes, baseado na descrição dos índios Guimarães sugere que lá encontravam diamantes. O rio é denominado pelos Apiakás de “Itamiamy”, local aonde iam buscar pedras para seus machados e

[...] combater três diferentes nações inimigas, que são: Tapanhóna, Tapanhónauhúm e Timaóana. Recebe o Itamiamy muitos outros ribeirões pelo oriente, e em um d’elles, que está acima do salto feito por um grande morro, que atravessa o Rio, existe uma populosa aldeia da nação Tapanhóna. Estes Índios costumam a pôr estrepes, e fazer fojos em roda de seus alojamentos. São altos, corpulentos, intrépidos e guerreiros; usam arco e flecha, e furam as orelhas, que enfeitam com pennas de arara, e gavião real. Os Apiaccas gastam oito dias de viagem para atravessar o morro...e então voltam a procurar a margem do Rio, até chegar a um ribeirão em que está a dita aldeia dos Tapanhónas. Deste logar tem os Appiacás marchado até os territórios das duas outras nações Tapanhonauhúm e Timaoanas, que tem aldeãs fora das margem do Itamiamy. O Tapanhónauhúm usa de arco e flecha e porrete; é gentio valeroso na guerra, costuma pintar a cara com três círculos pretos, e furar as orelhas, que enfeita com pennas de diversas cores (Guimarães 1865[1844]: 309-310).

Ainda de acordo com a descrição de Guimarães, os

Timáoanas, últimos povoadores do Itamiamy, são de estatura ordinária, anthropophagos, feios, porque desfiguram o semblante com largas pinturas da testa até o pescoço, usam também de arcos e flecha e porrete e enfeitam as orelhas com ouro, de que as mulheres formam os seus collares (Guimarães 1865[1844]: 310).

É possível afirmar que nenhuma dessas características refere-se aos Kajkwakratxi-jê, tendo em vista que estes não utilizavam plumas como adorno, suas escarificações não eram na testa ou pescoço, e não há referências sobre eles relacionadas ao uso de ouro nas orelhas. A principal característica dos Kajkwakratxi-jê e dos botocudos de modo geral, e que não é mencionada na citação, é o uso dos botoques. A identificação dos adornos feita por

Guimarães, em especial as penas nas orelhas, parece fazer menção aos Kayabi, que ocupavam até 1940 o Arinos, o rio dos Peixes e o Teles Pires.

No mesmo documento Guimarães explica que o padre Francisco Lopes de Sá tentou a navegação pelo rio dos Peixes em 1820, mas esbarrou com os Tapanhóna e com a doença que havia assolado boa parte dos índios Apiakás (Guimarães 1865[1844]: 310).

Nimuendaju (1948) menciona que o padre Francisco Lopes chegou a uma aldeia “Tapayuna” e lá encontrou apenas mulheres e crianças. No retorno, tentou chegar à cabeceira do rio dos Peixes, mas foi impedido por cerca de 500 “Tapayuna”. Ainda de acordo com o autor, baseado na lista de povos indígenas do Arquivo da Diretoria de Índios de Cuiabá, os Tapayuna somavam 800 pessoas, em 1848, e eram hostis aos Apiakás e brancos, cujas canoas atacavam (Nimuendaju 1963[1948]). Nimuendaju não identifica os Tapayuna em termos culturais e linguísticos. Suas referências são baseadas em fontes secundárias, portanto não é possível certificar que os “Tapayuna” por ele mencionados sejam os Kajkwakratxi-jê.

Em outro texto do Brigadeiro J. J. de Oliveira sobre a navegação do rio Arinos, também publicado na *Revista Instituto Histórico e Geográfico* em 1856, há novamente referência às aldeias apiaká e a conflitos com os “Tapayuna” no rio dos Peixes quando os primeiros foram buscar pedras para confeccionar seus machados.

Na visita a Cuiabá, conta Guimarães, os índios Apiaká ficaram admirados com as armas e com o parque de artilharia da Capital da Província. O governador da Província ofereceu os armamentos e proteção aos Apiakás contra seus inimigos, mas sugeriu que eles evitassem as guerras e “dessem melhor sorte aos seus prisioneiros”, referindo-se aos rituais canibais. O cacique prometeu, em nome dos Apiaká, que não praticariam mais o canibalismo contra seus inimigos e manteriam relação amistosa com os não índios, inclusive levariam outros indígenas à Cuiabá para se tornarem adeptos do catolicismo. Os Apiaká reivindicaram um sacerdote em suas terras. Os planos não foram levados a cabo, pois, de acordo com Guimarães, naquele mesmo ano, o cacique, o intérprete, além de muitos outros Apiaká morreram em decorrência de doença não identificada (Guimarães 1865[1844]: 308).

Os Apiakás são mencionados como um povo numeroso e poderoso devido à quantidade de arcos que carregavam e por guerrearem com grande parte dos povos vizinhos. São também referidos, como demonstra citação de Oliveira (1856), como “nação antropófaga”.

Pelo dito rio acima se acha o maior número de aldeias do gentio Apiacás. Esta nação de índios é poderosa em numero de arcos; elles tem guerra com toda a nação de índios vizinhos, e todos os annos sahem em bandeiras ou escoltas de 200 a 300 arcos a prisionarem seus inimigos, sendo unicamente o seu intento destruírem os outros para aumentarem a sua nação, de maneira que os prisioneiros de menos idade criam-nos como se fossem seus iguaes, e de maior idade comem-nos assados, reservando sempre a cabeça para a seccarem ficando com o cabello e pelle sobre os ossos, cujas cabeças lhe servem de brazão (Oliveira 1856: 101).

A caça de cabeças é uma característica marcante dos povos Apiaká e Kayabi. Apesar de ser uma prática recorrente, de acordo com Tempesta (2009), ambos os povos “não dedicavam às cabeças de inimigos o tratamento ritual altamente elaborado verificado entre os mundurukus” (Tempesta 2009: 52).

Por ordem de João Carlos Augusto d' Oeynhausen Grevemburg, governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso nomeado para o Pará, os capitães Miguel João de Castro e Antonio Thomé de França (os nomes destes expedicionários viraram nomes de rios na região) realizaram expedição pelo rio Arinos em 1812. A expedição contou com 72 pessoas, dentre os quais patrões, escravos e “camaradas de serviço”. Durante todo o trajeto pelo rio Arinos viram muitos vestígios de índios, redes de pano, panelas, cuias, cabaças, além de alimentos como farinha de mandioca e castanhas (Castro; França 1868).

A aproximação entre Apiakás e membros da expedição de 1812 parece ter ocorrido em diversos momentos, e a maioria dos encontros são relatados como pacíficos. Os viajantes visitaram aldeias e estabeleceram trocas nas quais os índios proviam alimentos e adornos e os expedicionários davam instrumentos, roupas e miçangas.

No encontro seguinte, no rio Tapajós, a embarcação parou numa ilha onde se deparou com 23 homens e cinco mulheres munduruku. Alguns objetos que os índios portavam, tais como facões, fizeram os membros da expedição inferir que esses já tinham estabelecido contato com não índios. O autor afirma que eles eram mais pobres que os Apiakás, uma vez que suas redes eram de embira e não tinham nenhum objeto confeccionado com algodão (Castro; França 1868: 126).

Como é possível inferir, os Apiaká e Munduruku eram os grupos predominantes na confluência do Arinos com o Juruena. Coudreau (1977 [1897]), explorador francês que realizou expedição pelo Tapajós a pedido do governo do Pará, entre o período de julho de 1895 a janeiro de 1896, e publicou a obra “Viagem ao Tapajós” em 1897, localizou, além dos “Tapayuna” e Nambikwara vivendo na região do rio Arinos “os parintintins, raipexixis ou aipocicis, bacairis mansos e os bacairis bravos, cayabis, e os parauaretês, que ocupam a região entre o Arinos e os formadores do São Miguel” (Coudreau 1977 [1897] :84).

Nimuendaju ao mencionar que uma aldeia dos Apiakás foi saqueada e queimada, em 1892, atribui o fato aos “Tapayuna” ou aos Parintintin. Ainda segundo o autor, em 1893/1894 um pequeno grupo pertencente a um dos dois povos foi massacrado pelos Munduruku. Os dois grupos foram novamente confundidos quando seringueiros foram atacados em 1910 na margem direita do alto Tapajós. O autor explica que tais ataques foram, possivelmente, empreendidos pelos Parintintins. No vocabulário dos Munduruku o mesmo termo é utilizado para designar ambos os povos (Nimuendaju 1963[1948]).

Coudreau (1977 [1897]), afirma que os Tapayuna falavam a “língua geral”, uma vez que os Apiaká, segundo ele, os compreendiam perfeitamente. Ele declara que os “Tapayuna” estavam localizados no rio dos Peixes, e na margem oposta do Arinos estavam os Nambikwara (Coudreau 1977 [1897]). Provavelmente os “Tapayuna” referidos por Coudreau eram na verdade Kayabi, já que estes se localizavam na região do Arinos, do rio dos Peixes e do Teles Pires.

Os povos da região Tapajós-Juruena-Arinos, com destaque para os Apiaká e Munduruku, são citados pelos expedicionários, na maioria dos casos, como pacíficos e amistosos no que tange o contato com os não índios. Em contrapartida, o povo identificado como “Tapayuna” é retratado como aguerrido e violento.

Os documentos acima apresentam referências de vários povos que eram designados como “Tapayuna”, entretanto suas características físicas e culturais se distanciam sobremaneira dos Kajkwakratxi-jê. Alguns traços relativos aos adornos, sobretudo o uso de penas nas orelhas e a prática da caça de cabeças eram características marcantes do povo Kayabi, que ocupou até meados do século XX o Arinos, o rio dos Peixes e o Teles Pires. As descrições que mais se aproximam dos Kajkwakratxi-jê são aquelas que os designam como “Botocudos”, ou “Beijo de Pau”, pelo uso dos botoques, e que serão tratadas nas páginas subseqüentes.

## OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO

---

No início do século XX o então Presidente da República, Affonso Penna, criou a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas. Conhecida como Comissão Rondon, chefiada por Cândido Mariano da Silva Rondon, tinha como objetivo estender a linha telegráfica entre as cidades de Cuiabá e Porto Velho, visando contribuir para a ocupação e desenvolvimento dos espaços “vazios” no noroeste do Brasil. Dentre as principais atividades da Comissão Rondon, além da construção das linhas, estiveram obras de infraestrutura, produção de relatórios científicos relacionados aos aspectos físicos da região (flora, fauna, clima, geologia, riquezas minerais, etc.) e ações que objetivavam a “pacificação” e integração das populações indígenas que ali residiam (Domingues 2010). A linha telegráfica tinha uma extensão proposta de 1600 km entre as cidades de Cuiabá e Santo Antônio do Madeira (Domingues 2010), passando pelo município de Diamantino, onde a estação foi inaugurada em 1908. A abertura de estradas para viabilizar a linha telegráfica suscitou diversos ataques atribuídos aos Tapayuna que levaram à destruição do posto telegráfico dos Parecis – próximo do município de Diamantino –, além de saques a estações abandonadas e ofensivas aos trabalhadores da linha telegráfica, cujos cadáveres eram encontrados sem crânio. O fato de os crânios terem sido retirados sugere, a meu ver, que os ataques eram praticados pelos Kayabi, e não pelos Tapayuna, como deduzido à época, já que a caça de cabeças era uma prática recorrente dos primeiros.

A Comissão Rondon foi caracterizada como um dos grandes investimentos do governo da Primeira República, que tinha como objetivo integrar as áreas consideradas ermas e prover o desenvolvimento para que tais locais fossem povoados. Neste sentido, as obras de infraestrutura, estradas e ferrovias tinham como finalidade abrir caminho para que as terras fossem ocupadas produtivamente. Os estudos geográficos, climáticos, faunísticos e hidrográficos eram realizados concomitantemente à construção das linhas telegráficas e às iniciativas de povoamento das áreas, com a plantação das primeiras lavouras e ranchos de criação de gado. A Comissão Rondon concluiu os trabalhos de construção das linhas telegráficas na década de 1920, mas outras atividades continuaram sendo executadas até 1942 (Domingues 2010: 12).

Um dos objetivos da Comissão era o de “pacificar” e civilizar as populações indígenas consideradas arredias para avançar na ocupação de seus territórios, extraíndo-as para os núcleos de povoamento criados para abrigar os trabalhadores das linhas telegráficas, local em que se previa o “estabelecimento de colonos” (Domingues 2010: 15). A tática da Comissão Rondon com relação aos povos indígenas era de “convencimento pacífico”, ou seja, os funcionários eram proibidos de utilizar a violência e instruídos a operar pelo oferecimento de instrumentos

agrícolas aos indígenas para que eles aprendessem técnicas de plantio e criação de gado. Segundo Rondon, os índios deveriam aprender a partir dos exemplos deixados pelos funcionários que lhes mostravam como utilizar as ferramentas para arar e semear a terra, como construir casas, etc. (Domingues 2010: 13).

Alguns povos, como os Paresi e Bororo, trabalharam nas construções e na manutenção das linhas. Acreditava-se que esse seria o caminho ideal para integração dos povos indígenas, a partir de um método que prezaria pelo respeito às práticas culturais dos índios, uma estratégia considerada avançada para a época (Domingues 2010).

Os trabalhos realizados pela Comissão Rondon foram emulados, a partir de 1939, com a proclamação da Marcha para Oeste do presidente Getúlio Vargas, que objetivava a integração nacional (territorial e política) por meio da conquista dos espaços e do incentivo à ocupação do Norte e Centro-Oeste brasileiro. A Marcha para Oeste apoiou e inspirou veementemente a colonização do estado do Mato Grosso, que teve como um dos principais protagonistas a empresa Conomali – Colonizadora Noroeste Mato-grossense, fundada pelos irmãos Meyer na década de 1950.

A empresa Irmãos Mayer Ltda., com sede em Santa Rosa/RS, atuava como distribuidora de bebidas, café, laticínios e combustível e como revenda de veículos. Ela criou, em 1952, uma transportadora e uma fábrica de móveis. Incentivados pelas facilidades e promoções que os governos federal e estadual proviam no sentido de impulsionar agricultores do sul do país ao Mato Grosso, fundam, em 1954, a Colonizadora Noroeste Mato-Grossense e adquirem, inicialmente, 120 mil hectares de terra no município de Diamantino-MT, nas margens do rio Arinos, em pleno território tapayuna. A área adquirida estendia-se por 60 km ao longo da margem direita desse rio e foi ampliada para 220 mil hectares, passando a ser denominada de Gleba Arinos (Cronologia 1955)

Na carta “Como pacifiquei os Rikbáktsa”, de autoria do Pe. João Evangelista Dornstauder, publicada pelo Instituto Anchieta de Pesquisa, em 1975, ele explica que o então prefeito de Diamantino, Benedito Bruno Ferreira Lemes, tivera graves prejuízos na extração da borracha em decorrência dos ataques Tapayuna. Em virtude de tais ataques, Benedito Lemes mandou envenená-los com arsênico no açúcar em 1953. Segundo o padre, o seringalista foi um dos responsáveis pelo desbravamento do Arinos por meio da extração da borracha e dos garimpos de diamante. Entretanto, afirma que o verdadeiro colonizador da região, que, dentre muitas ações, também originou o município de Porto dos Gaúchos, foi a empresa Conomali (Dornstauder 1975).

Uma versão sobre o episódio do envenenamento dos Tapayuna é apresentada no Jornal do Brasil em 1969. De acordo com a matéria, um seringueiro decidiu estabelecer contato com os índios à revelia do patrão. Ele conhecia os pontos da mata onde os índios geralmente apareciam e deixou presentes, os quais foram retribuídos pelos índios. O funcionário teve que ir à Cuiabá e o processo de aproximação foi interrompido. Nesse período, seu irmão se envolveu afetivamente com a filha do patrão, que se vingou matando-o. Ao retornar de viagem, disseram ao seringueiro que seu irmão havia sido morto pelos Tapayuna. Como vingança, ele misturou açúcar com arsênico e deixou para os índios. Em outra variante da história, diz-se que uma expedição de seringueiros descia o rio Arinos e deixou o açúcar contaminado com arsênico e formicida (Jornal do Brasil 22/04/1969).



Em dezembro de 1954 a Conomali abriu o primeiro escritório em Porto Alegre para comercialização de terras. Em 1955, uma caravana da empresa, integrada por vinte homens, partiu de Santa Rosa para realizar atividades de localização, zoneamento e demarcação das terras da Gleba Arinos. Concomitantemente, os irmãos Meyer viajaram de avião ao local a fim de agilizar o trabalho da equipe na mata (Cronologia 1955). Eles chegaram ao porto da Cachoeira do Pau, na margem esquerda do Arinos, o qual era utilizado pelo seringalista Benedito Bruno de Oliveira Lemes, responsável pelo envenenamento dos Tapayuna. Ele explorava os seringais nativos na margem do Arinos e contribuiu com a equipe de Meyer, disponibilizando uma lancha para transporte dos trabalhadores (Cronologia 1955). Após 45 dias de viagem o grupo chegou ao local escolhido para sediar a colonização da Gleba Arinos e a partir de então iniciaram-se os trabalhos de derrubada da mata, abertura de picadas, estradas, construção de barracões, etc. As primeiras famílias que adquiriram os lotes na região chegariam ao local apenas no ano seguinte, em 1956. Neste ínterim, em 1955, é fundada, nas margens do Arinos, ao norte da gleba, a cidade de Porto dos Gaúchos (Cronologia 1955).

A ata de fundação do município, datada de 3 de maio de 1955, foi assinada por representantes da Conomali e integrantes da caravana que exploraram a região da “Gleba Arinos”. Eles ressaltam que a fundação foi feita em nome do então governador de estado do Mato Grosso, Fernando Correia da Costa, “em homenagem ao maior e mais ilustre brasileiro, idealizador e iniciador da Marcha para o Oeste Dr. Getúlio Dornelles Vargas” (Ata de Fundação de Porto dos Gaúchos).

A partir desse ano, intensificou-se a chegada de caravanas compostas por compradores de terras e começaram a surgir as primeiras colônias, geralmente formadas por pessoas oriundas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Os imigrantes ficaram entusiasmados com as primeiras safras no ano de 1957, e a imigração de novas famílias foi incentivada por meio da criação da Escola Rural Mista de Instrução Primária em Porto dos Gaúchos, pelo então governador do Mato Grosso, João Ponce de Arruda (Cronologia 1957).

Em decorrência do aumento populacional e do surgimento de novas colônias, a Conomali investiu na criação de novas serrarias para atender à demanda crescente de construções. O porto foi ampliado, novas embarcações foram construídas, e a Conomali ampliou e acelerou suas obras de infraestrutura, como a abertura de novas estradas que encurtaram a distância entre Cuiabá e o porto do rio Arinos em 80 km (Cronologia 1957).

A Conomali investiu, em termos publicitários, na divulgação da Gleba Arinos, a fim de aumentar a quantidade de lotes vendidos. Esse investimento teve repercussão em países estrangeiros, dentre os quais a Alemanha. Em 1956 a população da Gleba Arinos somava 66 famílias, ou seja, 473 habitantes, dentre os quais “vinte e cinco são estrangeiros: doze alemães, quatro bolivianos, dois franceses, dois austríacos, dois russos, um polonês, um holandês e um húngaro” (Cronologia 1957).

Os compradores eram atraídos pela promessa de solo fértil, existência de madeira de lei, abundância de águas cristalinas, clima ameno, plantações de diversas culturas (café, borracha, arroz, pimenta, cacau, etc.), criação de gado e avanços na infraestrutura e transporte. A localização era mencionada como privilegiada para escoamento da produção via terrestre e fluvial. A Gleba Arinos, segundo os vendedores, obedecia a rigorosos

critérios de planejamento e organização. Ao proprietário seria garantida assistência para evitar invasões nas áreas comercializadas.

No *site* da Conomali, a empresa destaca a importância do papel exercido pelo padre jesuíta João Evangelista Dornstauder, ligado à Prelazia de Diamantino, na “pacificação” dos povos indígenas da região a partir de 1955, com ênfase para os trabalhos realizados junto aos Kayabi, Rikbaktsá e Tapayuna. Ainda de acordo com o *site*, “a Conomali prestou decidido apoio ao trabalho de catequese do Pe. João, buscando um relacionamento amistoso com as tribos, mesmo estas não habitando as terras da empresa” (Cronologia 1956).

Em 1956, os Rikbaktsá – conhecidos como Canoeiros, porque construíam canoas para atravessar os rios – mataram oito seringueiros. Após esse acontecimento o Pe. Dornstauder propôs um plano de pacificação, o qual foi parcialmente apoiado em termos logísticos e financeiros pela empresa Conomali. Em 1958, a Conomali solicitou que as ações de pacificação dos Rikbaktsá fossem intensificadas, já que a empresa estava interessada em abrir um seringal no rio Juruena, cuja área era ocupada por esses índios. Até outubro de 1958 os trabalhos com os Rikbaktsá haviam avançado, pois, segundo Dornstauder, eles iam tanto ao seu encontro quanto ao dos seringueiros, levando-se a inferir que os Rikbaktsá estavam interessados em estabelecer contato (Dornstauder 1975).

Em 1959, a Conomali abriu o seringal arrendado do estado de Mato Grosso, com cerca de 100 km de extensão nas margens do rio Juruena, próximo ao município de Porto dos Gaúchos. O empreendimento vendia boa parte da borracha extraída ao Banco de Crédito da Amazônia, localizado em Cuiabá (Cronologia 1959).

A despeito de a Comissão Rondon ter adentrado, no início do século XX, a região onde os supostos Tapayuna circulavam, não houve contato direto com esses índios por parte da Comissão. A partir do início da década de 1950 é possível identificar nos documentos referências ao povo a que chamamos atualmente de Tapayuna. No mesmo período, como descrito nos parágrafos precedentes, a empresa Conomali penetra no coração do território tapayuna, e o contato intensifica-se na década de 1960, o que será detalhado adiante.

## AS TENTATIVAS DE PACIFICAÇÃO

---

As primeiras referências relacionadas aos Tapayuna no Serviço de Proteção ao Índio aparecem em telegrama dos padres jesuítas da Prelazia de Diamantino, em 1948 advertindo o órgão de que haviam encontrado vestígios dos Tapayuna, o que amedrontava os Iranxe, povo indígena que também habitava a região. A correspondência do SPI, do final da década de 1940, descreve a pressão dos seringalistas ao órgão para que tomasse providências no sentido de interromper os ataques dos índios aos seringais (Araújo 1948).

O SPI se comprometeu formalmente com o desenvolvimento de um serviço de atração indígena na região dos Tapayuna em 1950, devido à pressão do presidente da Câmara de Vereadores de Vila Bela, que informou sobre o ataque dos índios contra um vaqueiro nas proximidades do município. Em 1957, porém, o órgão indigenista alegou que a escassez de recursos impedia o trabalho de aproximação com os Tapayuna (6ª INSPETORIA REGIONAL DO SPI 1950). Entre 1958 e 1963, correspondências de ordem interna ao SPI demonstram movimentações para a concretização de viagens a fim de verificar a existência de “tribos arredias”, representadas pelos Tapayuna e Cinta

Larga (na região do Utiariti), e fiscalizar os postos Pirineus Souza e Major Libâneo (6ª INSPETORIA REGIONAL DO SPI 1958).

Mas a aproximação aos Tapayuna dependeu, sobretudo, da ação da igreja católica, nas pessoas dos padres jesuítas ligados à Prelazia de Diamantino. João Evangelista Dornstauder aliou-se posteriormente a Adalberto Holanda Pereira e Antonio Iasi, os quais contaram com o apoio e com recursos da empresa Conomali.

Quando os jesuítas fundaram a Prelazia de Diamantino, em 1930, tinham como foco de atuação os povos Pareci, Iranxe (Myky) e Nambikwara, por isso em 1945 transferiram a sede da missão, situada até então em Diamantino, para o Utiariti, por estar mais próxima dos Iranxe e Pareci (Pereira 1975).

Originalmente os Iranxe viviam entre os rios do Sangue e Cravari. Os primeiros contatos ocorreram por volta de 1900, quando foram vítimas de um massacre por parte de seringueiros. Conflitos entre os Iranxe, os Tapayuna e os Rikbaktsá eram recorrentes, o que motivou o deslocamento dos Iranxe para a missão do Utiariti, que funcionou entre o início da década de 1930 e final de 1950 (tendo se tornado sede da missão jesuíta em 1945) (Anonby 2009).

Na missão do Utiariti os índios eram recrutados para trabalhar em plantações, serrarias, marcenarias, artesanatos, entre outras funções que visavam prepará-los como mão de obra para o mercado. Na missão os índios eram proibidos de falar sua língua, e os casamentos interétnicos entre os povos “pacificados” (Iranxe, Pareci, Nambikwara e, posteriormente, Kayabi e Rikbaktsá) eram incentivados. Em 1956 a Prelazia de Diamantino criou a Missão Anchieta (MIA) para tratar das questões financeiras da instituição (Arruda 2003). Muitas das visitas dos Iranxe ao Utiariti, para onde foram transferidos a partir de 1954, eram para pedir ferramentas e proteção aos padres contra os ataques constantes que sofriam dos Tapayuna, sobretudo nas proximidades das aldeias do Cravari.

Mesmo após os primeiros contatos pacíficos com os Tapayuna, a partir de 1967, os Iranxe ainda se preocupavam com seus inimigos e solicitavam providências por parte dos padres. Um dos principais motivos da redução populacional Iranxe, segundo Pereira (1975), além das doenças adquiridas através do contato, foram os ataques dos Tapayuna e Rikbatsá.

Os Tapayuna eram o povo que mais preocupava a Conomali, pois geralmente atacava na Cachoeira do Pau, próximo à Gleba Arinos, onde os funcionários da empresa e os moradores da Gleba circulavam frequentemente (Dornstauder 1975).

Em carta do Pe. Johannes Hasenack (1959), ele afirma que muitas balsas eram encontradas no rio Arinos, próximo aos locais onde os Tapayuna circulavam, porém pouco se sabia sobre eles. Desde o início da ocupação da Gleba Arinos, costumavam atacar as lanchas atirando flechas. Em 1958, feriram seringueiros e um engenheiro da Conomali. No mesmo ano, de acordo com a carta de Johannes, os padres jesuítas e João Dornstauder, contando com suporte financeiro e logístico da Conomali, iniciaram os trabalhos de pacificação dos Tapayuna (Hasenack 1959). Encontraram a 2 km da margem do rio Arinos, próximos ao Ribeirão Tomé de França, alguns ranchos. “Em cada rancho havia 6 camas o que provavelmente corresponde a 6 famílias, tendo 1 fogo ao lado de cada cama e na frente dos ranchos 1 abrigo menor.... Acharam bодоques de madeira, que colocam nos lábios, assim que de fato parecem ser beijos-de-pau”. Um dos padres avistou um índio, que atirou em direção à lancha. Eles destacaram

que os Tapayuna tinham hábitos culturais diferente dos outros povos, pois não dormiam em redes e sim em camas cobertas de folhas (Hasenack 1959).

O Pe. Adalberto Holanda Pereira (1967) relata que o contato ocorreu após cinco tentativas de aproximação. A primeira aconteceu no ano de 1958, quando a Prelazia de Diamantino iniciou o projeto de pacificação, primeiramente financiado pela empresa Conamali, até o SPI assumir os custos, o que provavelmente ocorreu apenas em 1966, quase dez anos depois. A despeito de o SPI não custear as ações, a expedição que objetivava o contato com os Tapayuna foi uma ação conjugada entre a Prelazia de Diamantino, representada por João Evangelista Dornstauder, chefe da expedição; o Serviço de Proteção aos Índios, por meio de dois índios Iranxe, Maurício Tupsi e Tomé, além de José de Barros, também do SPI, e alguns voluntários, dentre os quais Roberto Newman, da Conomali, e os jesuítas Aldo Brito e Fritz Tolksdorf (Pereira 1967-68).

A base da expedição foi no rio Miguel de Castro, cujo local foi nomeado por Dornstauder de “Acampamento do Caaró”, onde havia um rancho da Conomali destruído pelos índios, além de uma feitoria de Benedito Bruno, que havia sido queimada algumas vezes e cujas ações foram atribuídas aos Tapayuna. Concomitantemente os engenheiros da Conomali realizavam trabalhos de mediação da área, em constante vigilância, para proteger-se dos ataques dos índios. Na subida do rio Miguel de Castro encontraram uma roça que, segundo os expedicionários, era dos Tapayuna. Dornstauder, acompanhado de Aldo Brito e um trabalhador, foi até a roça e deixou brindes (Pereira 1967-68).

Os trabalhadores que faziam a medição se retiraram do local. Fritz Tolksdorf, os funcionários do SPI e Roberto Newman, da Conomali, verificaram que os brindes haviam sido retirados. Nessa mesma expedição, a equipe se deparou com os índios em atividade de caça. Os padres tentaram diálogo em “gorotire” (língua kayapó), porém, neste momento, não estavam certos de que se tratasse de Tapayuna, podendo ser Iranxe ou Kayabi (Pereira 1967-68). O fato de os padres tentarem um diálogo em “gorotire” demonstra que já estavam certos sobre a filiação linguística dos Tapayuna. Entretanto, até o final da expedição não foi possível verificar se os índios que retiraram os brindes seriam de fato os Tapayuna.

Após esse acontecimento a equipe da expedição se diluiu. O padre Dornstauder seguiu para atuar na pacificação dos Rikbatsá, Fritz Tolksdorf teve que para Cuiabá por problemas de saúde, e José de Barros do SPI já havia se retirado sob alegação de que a época de chuva era imprópria para realização do trabalho. O acordo inicial feito entre a Prelazia e o SPI era o de que a primeira manteria a equipe de “pacificação” até maio de 1958, quando o SPI assumiria definitivamente o trabalho, o que não ocorreu (Pereira 1967-68).

Em 1964, trabalhadores da empresa responsável pela construção de uma estrada entre o rio Arinos e o rio do Sangue foram flechados, o que levou os engenheiros da companhia a solicitar providências do SPI em Cuiabá. O responsável, João Batista, escalou alguns funcionários para acompanhar os trabalhos da empresa, mas esses negaram-se a cumprir a ordem, por temerem os Tapayuna. Descontentes com a falta de solução por parte do SPI, os engenheiros recorreram ao exército, que os abasteceu com armamentos para se defenderem contra os índios (Pereira 1967-68).

Esse episódio motivou a segunda tentativa de pacificação, em 1963, agora dirigida por Adalberto Pereira. O padre solicitou permissão do SPI, em Cuiabá, para acompanhar os trabalhadores da estrada e utilizar o mesmo método dos brindes, dando continuidade às ações iniciadas em 1958. A equipe se instalou no km 139 da estrada que estava sendo construída entre o rio do Sangue e Arinos, local onde, segundo o padre, havia um trilho dos Tapayuna. Em um dos encontros com os índios no acampamento, o padre tentou comunicação nas línguas “gorotire” e suyá, mas os índios não responderam. Adalberto esbarrou com um Tapayuna, carregado de flechas, nas proximidades de uma roça, mas não houve ataque e a comunicação novamente não foi possível. Dias depois, a equipe avistou uma aldeia (Pereira 1967-68).

Os atritos entre indígenas e população regional eram cada vez mais recorrentes, como os descritos em correspondência de 1964, do SPI, sobre acontecimentos atinentes à abertura de estrada da Serra do Tombador, próxima ao rio Arinos no município de Diamantino. A construção da estrada havia sido iniciada em 1962, na linha telegráfica Parecis-Ponte de Pedra. Aproximadamente a 150 km deste local, foi constatado roubo de mercadoria e ferramentas, cujo furto foi atribuído aos Tapayuna. Meses antes, um grupo de seis homens, que trabalhava na construção da estrada, foi alvo de flechadas, sendo que um dos trabalhadores foi atingido por três flechas, respectivamente na face, no ombro e no braço (SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS 1963-1964).

No mesmo documento são mencionados mais dois acontecimentos envolvendo ataques dos Tapayuna aos trabalhadores, além da destruição de um barracão central e do abate a flechadas de alguns animais. Em resposta, a regional de Cuiabá designou o agente Flavio de Abreu para seguir viagem ao encontro dos Tapayuna nos rios do Sangue e Arinos, a fim de fazer um levantamento das ocorrências para que a inspetoria pudesse traçar planos de trabalho e efetuar expedições para instalação de um posto num local adequado.

A chefia do SPI em Cuiabá comunicou então à diretoria do órgão que as ações não deviam limitar-se às expedições que visavam a evitar atritos entre os índios e a população local da gleba Arinos, o que ocorria frequentemente. Era imprescindível, como solução eficaz, a construção imediata de um posto indígena de atração na região do rio do Sangue e Arinos (SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS 1963-1964).

No mesmo ano Walter Velloso, diretor do SPI em Cuiabá, em telegrama ao diretor-geral do órgão solicita esclarecimentos relativos à verba no valor de três milhões e cem cruzeiros visando à construção de dois postos indígenas para a atuação com os povos Nambikwara e Tapayuna (Museu do Índio 1963-1964). Nenhuma ação efetiva tinha sido realizada até então pelo SPI devido à escassez de recurso e à falta de pessoal para execução dos trabalhos práticos de penetração na região. As correspondências internas do SPI demonstram que o órgão estava ciente dos problemas relacionados aos Tapayuna. Contudo, até aquele momento não tinham conseguido agir.

O contato com os Tapayuna, dirigido pelo padre Adalberto Pereira, foi retomado dois meses após a segunda tentativa, ainda em 1963, com a companhia de dois índios Iranxe e do jesuíta Claudio Hentz. Na terceira tentativa a equipe retornou até uma aldeia onde tinham chegado durante o encontro anterior. A proximidade dos pacificadores com os índios era tal que em um dos episódios as crianças tapayuna, sem se darem conta, foram tomar banho no acampamento da equipe de pacificação, no mesmo local da segunda tentativa, ou seja, no km 139 da estrada

entre os rios do Sangue e Arinos. Ao avistar os brancos, uma das crianças comunicou aos homens da aldeia, que foram ao acampamento e ameaçaram flechar Adalberto.

A quarta tentativa de contato, que contou com a participação de um indígena Kayabi (João Takumã), foi realizada em setembro de 1965. Adalberto voltou ao mesmo local, no km 139, para visitar as roças e a aldeia, todavia elas já não existiam: as roças tinham virado capoeira, e a aldeia, desaparecido.

Na mesma época, a Prelazia recebia advertências do SPI informando que a pacificação não tinha sido ordenada pelo órgão indigenista e que as ações não estavam ocorrendo nos trâmites legais e, portanto, deveriam ser suspensas.

Um representante da Prelazia de Diamantino, o padre Henrique Froehlich foi a Brasília em 1966 negociar com o chefe-geral do SPI a continuação dos trabalhos de pacificação pelos jesuítas. Em resposta o órgão indigenista enviou um telegrama em 14/7/1966, assegurando a aprovação das ações e solicitando lista de material necessário para a continuidade do trabalho (Pereira 1967-68: 223).

Em julho de 1966, Hélio Jorge Bucker, chefe do SPI de Cuiabá, “mandou expor no Cartório de Diamantino um edital interditando as terras tapayunas entre os córregos Miguel de Castro e Thomé de França, à penetração de elementos estranhos ao mesmo Serviço de Proteção aos Índios” (Pereira 1967-68: 223). A área interditada era localizada entre os rios Miguel de Castro e Thomé de França, das vertentes à foz, na margem esquerda do rio Arinos (SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS 1963-1964).

No mesmo ano o supervisor da Missão Anchieta, Pe. Henrique Froehlich, alertou o SPI que as medições da área tapayuna estavam sendo feitas por “donos de terras” limítrofes. Eles haviam dito aos padres da Missão Anchieta que esperariam a “entrada pacificadora”, porém descumpriram o acordo e contrataram um grupo de doze homens para fazer a medição. O padre solicitou que o SPI interrompesse a operação e apresentasse um plano de pacificação para os Tapayuna, exigindo que o órgão fosse buscar um intérprete kīsédjê (suyá)<sup>1</sup> no Xingu.

Em abril de 1966, o SPI de Cuiabá foi notificado sobre ataques tapayunas empreendidos na estrada de Porto dos Gaúchos, situada a cerca de 40 km da margem direita do rio Arinos. O autor do telegrama alegou que os Tapayuna estavam realizando ofensivas em locais para além da sua área de habitação, ou seja, os índios estariam ultrapassando a margem esquerda do rio Arinos, “invadindo”, assim, segundo o autor, as áreas dos seringueiros e colonizadores (SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS 1963-1964).

Na quinta tentativa de contato, realizada em maio de 1967, em que participaram os padres Adalberto Pereira, Antonio Iasi e o Iranxe, Lino Adaxi, os expedicionários, que ficaram localizados no mesmo local da tentativa anterior, na margem direita do rio Arinos, tiveram seu rancho flechado, e o cachorro que os acompanhava foi ferido. Na tentativa de diálogo em kayapó e suyá, por parte de Iasi, dessa vez, os índios responderam e acharam graça (Pereira 1967-68). A equipe decidiu levar presentes até a margem oposta do rio e foi recebida à flechadas.

Ainda em 1967, Candido Morimã, índio apiaká, responsável pela lancha da empresa Conomali em uma de suas viagens em direção ao município Porto dos Gaúchos, avistou um grupo de cerca de 20 Tapayuna e aproximou-se oferecendo presentes. Apesar de desconfiados, os índios receberam os presentes e lhe retribuíram (Pereira 1967-68).

As cinco tentativas de “pacificação” encerraram-se com a participação de Adalberto Pereira, mas prosseguiram com Antonio Iasi. A partir de 1967 mudaram os atores; desde 1963 a negociação referente à “pacificação” tapayuna foi protagonizada por Adalberto e SPI. A partir desse período assumiram Antonio Iasi e a Fundação Nacional do Índio, que deu lugar ao Serviço de Proteção ao Índio.

Iasi solicitou inúmeras vezes à Funai, sem sucesso, a disponibilização de um intérprete kīsêdjê (suyá) para facilitar o trabalho de pacificação. O padre, que também atuou com os povos Apiaká, Kayabi, Rikbaktsá, Iranxe e Nambikwara, criticava a política protagonizada pela Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) que proporcionava a ocupação do território por meio de incentivo e isenção de impostos a colonos, à custa da invasão das terras indígenas, cuja posse indígena estava, entretanto, garantida na constituição (Iasi 1968).

O trabalho de Iasi com os Tapayuna, de acordo com a matéria do *Jornal da Tarde*, deveria ter sido iniciado em 1959. Todavia, naquele contexto os Rikbaktsá exigiam ações imediatas, por isso sua atuação com os Tapayuna começou quase uma década depois, em 1967. Nessa época, Iasi calculava aproximadamente trezentos Tapayuna divididos em três aldeias, distantes cerca de 20 km umas das outras. O padre não menciona o método utilizado para calcular a população, tampouco o número de aldeias (*Jornal da Tarde* 02/06/1969).

A partir da década de 1960 a presença dos Tapayuna não pôde ser mais evadida. Como se verá nos parágrafos adiante, em 1968, a questão tapayuna começa a ter forte evidência jornalística por meio de várias reportagens publicadas no *Jornal do Brasil*, inclusive sobre o envenenamento que os índios sofreram com arsênico no açúcar, em 1953, e cujo episódio foi noticiado apenas 15 anos depois, em 1969.

De acordo com o *Jornal do Brasil* a primeira notícia sobre os Tapayuna surgiu em 1951, quando os seringueiros da firma de Benedito Bruno foram obrigados a abandonar o seringal no médio Arinos, na altura do afluentes rio Parecis, em decorrência dos ataques indígenas (*Jornal do Brasil* 20/11/1967).

Esse acontecimento teve repercussão internacional, como demonstra a reportagem de janeiro de 1966 do jornal *Washington Post*, intitulada “*Brazil Indian Tribe was Poisoned by Rubber Tappers, Priest Says*”. O repórter Joseph Novitski relata que a denúncia foi feita pelo padre Waldemar Weber. Ney Braga, então ministro da agricultura, solicitou que fosse formada uma comissão para averiguar as possibilidades de auxílio aos índios. O ministro e o padre, de acordo com a matéria, concordaram que os bancos de desenvolvimento não deveriam permitir empréstimos a seringueiros nessa região do norte do Mato Grosso, onde estavam localizados diversos povos indígenas. Contudo, a Sudam incentivava fortemente o desenvolvimento dessa região, e muitos fazendeiros tinham seus projetos apoiados pelo governo (Novitski 1966).

Em 1968 a Funai resolve assumir os trabalhos de “pacificação” dos Tapayuna. Creio que a própria reorganização do órgão (substituição do SPI) tenha contribuído para o novo cenário. As primeiras expedições realizadas pela Funai à região habitada pelos Tapayuna foram organizadas pelo sertanista João Américo Peret, junto com o missionário jesuíta Fritz Tolkstorf, a partir de 1968. Muitos dados sobre essa expedição encontram-se em matérias do *Jornal do Brasil*.

Um dos motivos que impulsionou a expedição foi a denúncia de um fazendeiro paulista à Funai quando, em 1968, os Tapayuna começam a rondar a fazenda ABC, na beira do rio Arinos, próxima aos rios Tomé de França e Miguel de Castro. A família que aí residia ficou amedrontada com as incursões indígenas, sobretudo depois que os Tapayuna mataram o cachorro da fazenda. Os índios chegaram à sede da fazenda em busca de instrumentos como machados e facões. No início eram apenas alguns; dias depois, porém, apareceram cerca de 60 Tapayuna no local e levaram toda a roupa da família. Um dos funcionários da fazenda comunicou ao dono em São Paulo, o qual avisou a Funai, que então recrutou Américo Peret para ir à região dar prosseguimento aos trabalhos de “pacificação” (Valle Jr. 1969).

O primeiro contato dos indigenistas com os Tapayuna ocorreu no início de 1968, quando navegavam pelo rio Arinos. Ao avistarem os índios, estes fizeram sinal para a embarcação se aproximar. Peret, Fritz e o índio apiaká Candido Morimã foram em direção aos Tapayuna. Quando a canoa se aproximou os índios pularam na água, puxaram o barco para a margem e retiraram os presentes que lá estavam. Os expedicionários foram cercados por cerca de 100 Tapayuna, que queriam pegar seus chapéus e roupas (O Globo 15/04/1969).

A equipe identificou os Tapayuna com os Kîsêdjê (Suyá) do Xingu. Peret conta que foi associado à figura de um pajé devido aos equipamentos (máquina e gravador) pendurados em seu pescoço. Na sua percepção, os índios fizeram uma analogia de tais objetos com os adornos que um pajé portava no pescoço e nos ombros. Américo Peret tinha uma panela de farinha com açúcar, que ofereceu aos índios. Desconfiados, pediram ao sertanista que comesse primeiro para depois eles se servirem. A precaução dos índios deve, certamente, estar relacionada ao episódio do envenenamento no açúcar ocorrido em 1953. Em outro momento, a equipe de atração avistou os índios e tentou segui-los, mas dois Tapayuna sinalizaram, impedindo-a de prosseguir (Jornal do Brasil 18/04/1969).

O primeiro acampamento da expedição liderada por Peret foi programado para ser montado em frente à Ilha da Trincheira, num local onde os índios costumavam aparecer. Essa ilha foi escolhida devido à sua configuração natural, que facilitava o abrigo em caso de ataques. A ilha também era estratégica para que os expedicionários observassem se os índios haviam recolhido os presentes que seriam deixados do lado oposto ao polo de atração. Os instrumentos deixados como presentes seriam machados, facões, materiais de pesca, espelho e miçangas (Jornal do Brasil 18/04/1969).

Passada a primeira fase, na qual se previa que índios pegariam os presentes e criariam confiança a ponto de convidarem a equipe para visitar as aldeias, a etapa subsequente seria a criação de postos de assistência definitivos, onde a Funai ensinaria aos índios novas técnicas de agricultura e criação de animais, e proveria assistência sanitária contra as doenças dos não índios. A expedição também previa a ida de um enfermeiro para vacinar os índios contra tuberculose, sarampo e coqueluche (Jornal do Brasil 18/04/1969).

O sertanista declarou ao Jornal do Brasil que o trabalho de pacificação com os Tapayuna seria um dos mais fáceis de sua carreira, uma vez que as notícias sobre esses índios não mostravam disposições guerreiras. Ao contrário, suas intenções seriam amistosas com relação aos brancos. A técnica da atração que se pretendia aplicar com os Tapayuna era empregada quando os índios estavam propensos ao contato e, segundo a reportagem,



geralmente iam ao encontro dos brancos sem representar perigo ou dar indícios de hostilidades. Para se defender de possíveis ataques, os expedicionários levariam revólveres e fogos de artifício, pois era certo que o barulho dos fogos assustaria os índios e os espantaria em caso de ofensivas. Um dos objetivos da expedição seria ensinar os índios a cultivar cereais e criar animais, para reduzir assim o tamanho da área necessária à sua sobrevivência, já que as atividades de caça e coleta, segundo a Funai, demandavam a delimitação de áreas muito extensas (Jornal do Brasil 18/04/1969).

A expedição se instalou junto a uma família, composta de cinco pessoas, que morava e trabalhava, havia cerca de seis meses, na sede da fazenda ABC. Os membros da expedição aguardaram alguns dias até os primeiros índios aparecessem no acampamento. Eles surgiam desconfiados, pegavam alguns presentes e logo partiam, todavia não demorou para que começassem a visitar com frequência o barracão onde a equipe estava. Três Tapayuna adolescentes ficaram logo familiarizados com a equipe. Dois deles com idade aparente de 16 anos (Valle Jr. 1969).

Havia outros dois Tapayuna, além dos adolescentes, que frequentavam o acampamento e que geralmente pescavam e caçavam com Pará (índio pareci), ajudante de Peret. A estratégia da equipe era ganhar confiança de um número cada vez maior de índios. A intenção do chefe da expedição era chegar a uma das onze aldeias localizadas durante o sobrevoo na área que havia sido interditada pela Funai, por meio do Decreto 63.368, de 8 de outubro de 1968, que cria e delimita a “Reserva Indígena Tapayuna” (Fatos e Fotos 26/07/1969). Embora não esteja registrado, Peret realizou o sobrevoo antes da expedição.

A aldeia mais próxima estaria a cerca de 20 km por terra. Até então, nenhum branco tinha estado numa aldeia tapayuna, e a intenção do sertanista era não forçar a visita, mas sim esperar o convite dos índios que frequentavam diariamente o barracão. A fazenda ABC, que serviu de sede para a equipe, foi desapropriada pela Funai que utilizou, para realização da expedição, quatro cabanas, um barco com motor de popa, remédios, um aparelho de rádio transmissor receptor, um gerador e quatro funcionários que residiam na fazenda (Bastos 1969).

De acordo com matéria publicada em 1969, no jornal Estado de São Paulo, que se baseia em entrevista realizada com o padre Antonio Iasi, os Tapayuna estavam localizados entre os rios Sangue e Arinos. Suas aldeias estavam a cerca de 300 km por terra de Cuiabá, próximas de Porto de Rio Claro (o nome da cidade não é mencionado), no rio Arinos, de onde era necessário descer mais 150 km pelo rio e adentrar aproximadamente 40 km a partir de sua margem esquerda. Eles evitavam, segundo Iasi, construir as aldeias muito próximas das margens, para se protegerem dos ataques dos brancos (O Estado de S. Paulo 22/5/1969).

Hedyl Valle Jr., autor da reportagem para a *Fatos e Fotos* sobre a “expedição Peret”, ficou fortemente gripado durante o contato com o grupo de Tapayuna que frequentava o acampamento. Ele tentou isolar-se dos índios, permanecendo num barraco que servia de depósito de alimentos. Certamente sua tentativa não foi exitosa, pois o vírus da gripe gerou posteriormente consequências catastróficas para os índios. A cada dia era mais comum aparecer novos Tapayuna no acampamento. Hedyl menciona que a equipe levou cerca de duzentas doses de vacina, armazenadas em isopor, contudo, além de o gelo ter derretido, não se convencia os índios a tomarem as vacinas (Fatos e Fotos 20/07/1969).

Durante o sobrevoo que realizou logo que recebeu a missão da Funai, Peret calculou uma área de 1.200 mil hectares e cerca de 1.200 índios. Para calcular o número de índios, ele se baseava no tamanho da roça de mandioca medida para cada 50 pessoas. Os seringalistas e fazendeiros insistiam que só havia na área interdita e desapropriada pela Funai, em outubro de 1968, (1.200 mil hectares) cerca de oitenta índios (Valle Jr 1969).

A expedição foi surpreendida pela visita de oito gaúchos, que passavam pelo rio Arinos, a caminho de Porto dos Gaúchos e, curiosos, decidiram parar no acampamento dos expedicionários para ver os índios. Eles levavam alguns animais como porcos e galinhas, os quais nunca haviam sido vistos pelos Tapayuna. Cerca de quarenta índios no acampamento observaram a matança dos animais e logo se retiraram. Os poucos que permaneceram assistiram à preparação do churrasco e se recusaram a comer. Um clima de mal-estar pairava com a presença dos gaúchos; estes asseguravam aos expedicionários que a população tapayuna não passava de oitenta pessoas (Fatos e Fotos 1969).

Para ir à aldeia Peret teria que ser conhecido por vários índios, portanto o plano seria o de que dois Tapayuna comunicassem aos chefes de sua comunidade sobre o acampamento da Funai e levassem os moradores a uma visita coletiva no barracão. Assim, para partir em visita à aldeia, que ficaria cerca de 20 a 25 km por terra do acampamento, Peret deveria aguardar o retorno dos dois Tapayuna. No entanto o sertanista acabou forçando a situação e tentou acompanhar os índios até a comunidade mais próxima. Nessa ocasião Peret não teve seu plano concluído e retornou ao barracão em pouco tempo, pois, no meio do caminho, os índios pediram que ele voltasse (Fatos e Fotos 20/07/1969). Num momento posterior, como descrito adiante, Peret conseguiu chegar até as aldeias.

A “Reserva Indígena Tapayuna” foi extinta após 8 anos pelo então presidente Ernesto Geisel, por meio do Decreto 77.790, de 09 de junho de 1976, após a “Operação Tapayuna” constatar, em 1971, que não havia mais sobreviventes indígenas na área delimitada.

## AS CONSEQUÊNCIAS DO CONTATO

---

Após a realização das expedições da Funai, as consequências do contato para os Tapayuna foram desastrosas, a julgar pela gripe, transmitida pelo jornalista Hedyll Valle Jr, que dizimou quase que integralmente a população. No Jornal do Brasil de 16/07/1969, em matéria intitulada “Gripe matou mais de 20 índios nas aldeias dos Beijos de Pau”, Américo Peret relata que chorou ao ver, em visita a uma aldeia, cadáveres de índios dizimados pela gripe no meio da floresta e crianças mamando no seio de suas mães mortas. Os Tapayuna haviam fugido da aldeia que se situava próximo ao acampamento da Funai, na tentativa de escapar da doença. Contudo, eles já estavam contaminados com o vírus da gripe e, portanto, não tiveram forças para continuar a caminhada. De acordo com a matéria, três índios já haviam falecido no acampamento da Funai e muitos que foram encontrados mortos na mata já tinham frequentado o barracão. Eles eram moradores de algumas das aldeias visitadas por Peret. Alguns índios, segundo a reportagem, foram tratados com medicamentos no acampamento da Funai (Jornal do Brasil 16/07/1969)

Na reportagem, Peret explica que havia sido concluída a primeira fase da pacificação dos Tapayuna e que ele já havia visitado cinco das onze aldeias existentes. Sua proposta era retornar à área para concluir o trabalho de atração, por meio da criação do posto da Funai (Jornal do Brasil 15/07/1969).

Antonio Iasi conseguiu penetrar nas aldeias tapayuna poucos dias depois de Peret. Ele contou 73 cadáveres e calculou em mais de 100 o número de mortos. Dos que sobreviveram, conseguiram reunir apenas 40. Como sinal de luto, os índios queimaram as antigas aldeias e jogaram fora suas armas. A partir de então, foram levados pelos missionários para um novo local no rio Parecis e lá construíram cabanas para que os índios ficassem alojados. Permaneceram aí, plantaram roças até serem transferidos para o Parque do Xingu. Segundo reportagem do *Estado de São Paulo*, os índios não conseguiriam viver tranquilamente naquele local por muito tempo, pois a região estava cada vez mais ocupada por fazendeiros e colonizadores financiados pela Sudam (O Estado de S. Paulo 14/02/1970).

Quando um grupo do projeto Rondon foi visitar os Tapayuna, de acordo com matéria do Estado de São Paulo publicada em fevereiro de 1970, só restavam quarenta pessoas, sendo oito homens, oito mulheres e vinte e quatro crianças. Nesse momento, os índios estavam sendo assistidos pelo padre jesuíta Tomás de Aquino Lisboa, do Rio de Janeiro, e pelo índio pareci Pará. Entre os integrantes desse grupo ainda havia dois Tapayuna contaminados com o vírus da gripe, como constatou um médico que integrava o projeto Rondon. Tomás de Aquino substituiu Antonio Iasi, que estava em negociação com a Funai de Brasília para viabilizar a transferência dos Tapayuna para o Parque do Xingu, junto aos Kîsêdjê (O Estado de S. Paulo 14/02/1970).

Em decorrência da drástica redução populacional sofrida pelos índios, vítimas de envenenamento e contágio por doenças, a Funai atendeu à solicitação dos jesuítas, que, em abril de 1971, com a contribuição do padre Tomas de Aquino Lisboa, transferiram os 41 sobreviventes tapayuna para o Parque do Xingu, junto ao povo Kîsêdjê, devido a sua proximidade em termos linguísticos e culturais.

Após a transferência dos Tapayuna para o Xingu foi realizada uma operação da Funai em agosto de 1971, chefiada pelo sertanista Antonio de Souza Campinas, acompanhado pelo índio tapayuna Tariri, a fim de constatar se ainda existiam sobreviventes na Reserva Tapayuna. Seus resultados estão no relatório de Campinas (1971) citado adiante.

Durante a expedição Tariri explicou que seu povo guerreava frequentemente com um grupo por eles denominado de “Kumen Kran lanranti”, que significa, como consta no relatório da Operação Tapayuna, “o homem grande do cabelo cortado”. Segundo Tariri, esse povo era bastante temido pelos Tapayuna e habitava a região do rio do Sangue e Arinos, perto da barra do rio Sucuruina (Ponte de Pedra). O sertanista Antonio Campinas concluiu que o grupo em questão era os Rikbatsá. Suas aldeias eram grandes e a população numerosa (Campinas 1971).

De certo ponto em diante Tariri achou melhor não prosseguir, pois a área pertencia aos índios “Kumen Kran lanrantin” e a reação deles seria violenta caso os encontrassem por ali. Tariri e Antonio passaram por três aldeias tapayuna,

duas estavam em pé e a outra estava queimada e no local da aldeia estava cheio de capim gordura... aldeias uma das quais tinha vários cadáveres, isto é, ossos de vários cadáveres de índios Tapaiuna e muitos artesanatos assim como, arcos, flechas e outros adornos (Campinas 1971).

Eles passaram pelo antigo local de atração dos Tapayuna, onde ficaram sediados os expedicionários sob comando de Américo Peret, sertanista da Funai em 1969. No local já não havia mais ninguém. Em seguida visitaram

mais seis aldeias e encontraram muitos materiais e adornos dos Tapayuna que haviam falecido. Antonio Campinas descreve no relatório que o padre Tomaz de Aquino Lisboa solicitou que o missionário que o acompanhava, Vicente Cañas, verificasse o estado das aldeias tapayuna e se havia sobreviventes após a epidemia. O missionário, segundo Campinas, não chegou até as aldeias. Assim sendo, algumas pessoas que estavam doentes e precisavam de cuidados não foram assistidas. Antonio Campinas relata a tristeza e desespero de Tariri ao constatar os vestígios de mortos e aldeias queimadas.

Na tarde seguinte, os dois passaram por uma aldeia onde Tariri queria buscar batata e cará na roça, e Antonio coletou alguns artefatos para levar. Ao concluir a expedição, Antonio Campinas descreveu no “Relatório de Operação Tapayuna ou Beiço de Pau”, datado de 18 de novembro de 1971 (página 52), que o longo tempo de viagem deveu-se ao fato de a expedição não dispor de motor de popa, e que ele e Tariri tiveram que remar 430 km para vasculhar a área. No relatório, Campinas conclui que, após minuciosa busca, não havia mais sobreviventes tapayuna na Reserva.

A “Reserva Indígena Tapayuna”, criada e delimitada pelo Decreto 63.368 de 8 de outubro de 1968, foi extinta em 1976, como descrito por meio de ofício de 12 de agosto do mesmo ano, enviado pelo Ministro do Interior Rangel Reis, ao Ministro da Agricultura Alysson Paulinelli. O referido documento gerou um processo no Incra, que demandou trabalho de vistoria na “Reserva Indígena Tapayuna”, e cujo relatório comprovou a presença de diversas fazendas de pecuária na área delimitada. O relatório foi redigido em 14 de janeiro de 1977 pelo geógrafo Ivan Gondin Pereira.

O genocídio sofrido pelos Tapayuna foi reflexo de uma série de políticas governamentais visando à ocupação e exploração econômica do interior brasileiro, iniciadas no século XVIII e XIX com a exploração mineral e a extração da borracha e, posteriormente, prolongada com a criação das linhas telegráficas e a proclamação da Marcha para o Oeste, na primeira metade do século XX. O processo foi intensificado a partir da década de 1950 com a criação dos planos de ocupação da Amazônia, cujas ações não consideraram a existência e sobrevivência dos povos que habitavam essas regiões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

O órgão indigenista foi pressionado por diferentes atores (padres jesuítas, seringalistas, empresas colonizadoras), desde o início da década de 1950, no sentido de pôr em prática um plano de pacificação tapayuna. Em alguns momentos, a Funai tentou impedir a atuação dos padres jesuítas da Prelazia de Diamantino. O órgão indigenista só conseguiu entrar em ação no final da década de 1960, contudo não foi capaz de garantir a sobrevivência física e cultural dos Tapayuna.

As condições estruturais precárias (falta de recursos financeiros e humanos) com as quais o órgão indigenista atuou é consequência da inoperância crônica e da omissão geral do estado brasileiro em relação aos índios. A falta de capacidade da Funai para tomar as providências cabíveis no sentido de resguardar os Tapayuna suscitou a extinção da “Reserva Indígena Tapayuna”, que foi aberta oficialmente à ocupação massiva das empresas colonizadoras, apoiadas e incentivadas pelo governo brasileiro por meio da Sudam.

A atuação morosa do órgão indigenista, aliada à acelerada e avassaladora ocupação do território tapayuna pelos não índios submeteram os Kajkhwakratxi-jê a um processo de genocídio, compreendido por Pierre Clastres (2004) como a destruição física de um povo, e ao etnocídio, caracterizado pelo seu depauperamento cultural. Tais eventos refletem, segundo o autor, a incapacidade das sociedades com Estado de lidarem com a alteridade. A recusa do múltiplo e a tendência ao extermínio dos povos culturalmente diferenciados são predicados marcantes da sociedade ocidental.

A transferência dos Tapayuna para o Xingu foi uma ação fracassada do governo brasileiro no sentido de tentar evitar o etnocídio, já que o genocídio para os Tapayuna, em 1971, ano em que foram transferidos para o Parque Indígena do Xingu, já era um fato consumado. Eram calculados em cerca de 1.200 pessoas e foram reduzidos, após o contato, a 40. Ao serem transferidos para o PIX foram viver junto aos Kisêdjê devido à proximidade em termos culturais e linguísticos. Entretanto, na década de 1980, acusações de feitiçaria dos Kisêdjê contra os Tapayuna levaram à morte de um importante líder tapayuna, Tariri, o que suscitou a evasão quase integral dos Tapayuna para a TI Capoto Jarinã/MT junto aos Mebengôkré (Kayapó), onde permanecem até os dias de hoje. Com os Kisêdjê permaneceram apenas algumas mulheres que eram casadas com homens do grupo.

Atualmente a população Tapayuna é calculada em cerca de 200 pessoas. Aproximadamente 130 vivem na aldeia Kawêrêtxikô (TI Capoto Jarinã – MT), criada pelos Tapayuna em 2008, após anos de convivência com os Mebengôkré na aldeia Metyktire. Os demais vivem junto aos Kisêdjê na TI Wawi/MT. Essa estimativa populacional considera os filhos de casamentos interétnicos com Mebengôkré e Kisêdjê. Os Tapayuna vivem no presente um processo de reorganização que visa sua reconstituição como um povo autônomo, através de seu fortalecimento cultural, linguístico e político.

Reconstruir a história de contato com os não índios é um esforço assíduo dos Tapayuna, com o qual pude contribuir durante a elaboração da dissertação de mestrado, que teve como objetivo descrever e analisar a história do contato. O presente artigo é extraído da dissertação, que consistiu nesse esforço conjugado de criar um quadro histórico através de documentos que contemplasse um vasto período e dos relatos de experiência e percepção de duas senhoras tapayuna sobre os eventos trágicos que marcaram a história tapayuna.

Conforme mencionado, a Reserva Indígena Tapayuna foi extinta oito anos após sua criação, sob a alegação de não existirem mais sobreviventes na área em razão das mortes por envenenamento, gripe e transferência para o PIX. Atualmente os Tapayuna interessam-se pela realização de uma expedição no antigo território, na região do rio Arinos, e reivindicam uma reparação equitativa, em termos de indenização, pelo esbulho territorial.

## NOTAS

---

- 1 As línguas tapayuna e Kísêdjê podem ser consideradas variantes dialetais de uma mesma língua.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- ANONBY, Stan, 2009. *A Report on the Irantxe and Myky*. [S.l.]: SIL International.
- ARRUDA, Rinaldo. 2003. *Instituto Sociambiental*. Acesso em 16 de março de 2012, de <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/iranxe-manoki>.
- BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. 2001. *Do extrativismo a pecuária: Algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)*. São Paulo: Scortecci.
- CAMPINAS, Antonio de Souza. 1971. *Relatório da Operação Tapaiuna ou Beijo de Pau*.
- CASTELNAU, Francis de. 2000 [1850-59]. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia.
- CASTRO, Miguel João de; FRANÇA, Antônio Thomé de. 1868. "Abertura de Comunicação Commercial entre o districto de Cuyabá e a cidade do Pará por meio da navegação dos rios Arinos e Tapajós, emprehendida em setembro de 1812 e realisada em 1813." *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico*. Rio de Janeiro.
- CLASTRES, Pierre. 2004. *Arqueologia da Violência. Pesquisas de Antropologia Política*. São Paulo, Cosac & Naify.
- COUDREAU, Henri Anatole. 1977 [1897]. *Viagem ao Tapajós*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia..
- CRONOLOGIA 1955. Disponível em: <<http://www.conomali.com.br/>>. Acesso em: 19 março 2012.
- CRONOLOGIA 1956. Disponível em: <<http://www.conomali.com.br/>>. Acesso em: 20 março 2012.
- CRONOLOGIA 1957. Disponível em: <<http://www.conomali.com.br/>>. Acesso em: 19 março 2012.
- CRONOLOGIA 1959. Disponível em: <<http://www.conomali.com.br/>>. Acesso em: 19 março 2012.
- DOMINGUES, Cesar Machado. 2010 "A Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a Integração do Noroeste." *XIV Encontro Regional da ANPUH - Rio Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro.
- DORNSTAUDER, Pe João Evangelista. 1975. *Instituto Anchieta de Pesquisa*. Acesso em 22 de março de 2012, de, <http://www.conomali.com.br>.
- GUIMARÃES, José da Silva. 1865 [1844]. "Memórias sobre os usos, costumes e linguagem dos Apiaccás, e descobrimento de novas minas na Provincia de Mato Grosso." *Revista Trimensal de História e Geografia, Jornal do Insituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.
- HASENACK, Johannes Friedrich. 1959. *Tribus Indígenas na Região do Arinos-Juruena*. Acesso em 22 de março de 2012, de <http://www.conomali.com.br>.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. 1978. *Grupo de Trabalho INCRA-FUNAI: primeiro relatório geral* (GT -PORT. 724/76). Brasília.
- LEVERGER, Augusto. 1865. "Breve Memória relativa a Chorographia da Província de Mato Grosso." *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.
- MENENDÉZ, Miguel. 1981/1982. "Uma contribuição para a etnohistória da área Tapajó-Madeira." *Revista do Museu Paulista* 28: 289-388.
- MOURA E SILVA, José. s.d. *Municípios de Mato Grosso: São José do Rio Claro. Várzea Grande - MT: Fundação Júlio Campos*, 1 vol.

NIMUENDAJU, Curt. 1963 [1948]. "The Cayabi, Tapayuna and Apiacá. Vol 3: The Tropical Forest Tribes". In: J Steward (ed.). *Handbook of South American Indians*. Washington: Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology.

OLIVEIRA, Brigadeiro J.J. Machado. 1856. "Nova Navegação do Rio Arinos - Até a Villa de Santarém, Estado no Grão Pará." *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

OLIVEIRA, Macário. s.d. *Missionário jesuíta é cacique indígena no Alto Xingu* [s.ed], 1 vol.

PEREIRA, Adalberto Holanda; SILVA, José de Moura. 1975. "História dos Mùnkù (Iránxe)." *Pesquisas: Antropologia*.

PEREIRA, Adalberto Holanda. 1967-1968. "A pacificação dos Tapayunas." *Revista de Antropologia* 15-16: 216-227.

TEMPESTA, Giovana Acacia. 2009. *Travessia de Banzeiros. Historicidade e organização política apiaká*. (Tese de doutorado). Brasília: Universidade de Brasília.

### Periódicos

ALENCAR, Miriam. 1968. Sertanista denuncia novo massacre de índios de Mato Grosso a metralhadora. *Jornal do Brasil*, 28 de abril.

BALTAR, Tarcísio; BARBOSA, Rubens. 1968. FUNAI deseja amansar beijos-de-pau com apitinhos e espelhos. *Jornal do Brasil*, 18 de maio.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. 1969. A pacificação dos Beijo-de-Pau (I). Canibais que gostam de conversar. *Jornal do Brasil*, 03 de junho. 1969.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. 1969. A pacificação dos Beijo-de-Pau (III). A boa vizinhança de um rápido contato. *Jornal do Brasil*, 05 de junho.

BASTOS, Sebastião. Julho. 1969. "De volta ao inferno Verde". *Fatos e Fotos*. 22 de junho.

CORREIO DO POVO. 1969. Expedição da FUNAI vai entrar em contato com os índios Beijo de Pau. 18 de abril.

CORREIO DO POVO. 1969. A vaidade dos Tapaiúna. 30 de julho.

FERRARI, Telmo. 1969. A missão dos beijos-de-pau. *Folha da Tarde*, 19 de julho.

FOLHA DA TARDE. 1966. SPI quer que padre formalize denúncia. 29 de janeiro.

\_\_\_\_\_. 1969. Um padre que cuida dos Beijo de Pau. 22 de junho. p.30.

IASI, Antônio. 1968. "Em busca dos "Beijos- de-Pau"". *Ave Maria – Revista para a Família Cristã*, [s.i]: 176-177.

JARDIM, Goutran da Veiga. 1967. Os guerreiros já não cantam mais. Beijo-de-Pau não atira para matar. *Correio da Manhã*, 05 de outubro. p. 11.

JORNAL DA TARDE. 1971. Na terra distante dos beijos-de-pau. 12 de março.

JORNAL DO BRASIL. 1967. Missão Anchieta insistirá na pacificação dos índios da tribo beijo de pau. Brasília, 20 de novembro. p. 22.

\_\_\_\_\_. 1968. Pastor revela extermínio de índios a tiros e com açúcar contaminado. 1968. 12 de abril.

\_\_\_\_\_. 1968. Pastor retorna aos EUA sem depor sobre matança de índios. 1968. 04 de junho.

\_\_\_\_\_. 1968. Todos os meios foram lícitos para liquidar índios. 05 de maio.



- \_\_\_\_\_. 1969. Gripe matou em dois meses 20 índios nas aldeias dos beijos-de-pau. 16 de julho.
- \_\_\_\_\_. 1969. Índios se entusiasma com mulheres e perdem a calma com fotógrafos. 15 de julho.
- \_\_\_\_\_. 1969. Peret prepara expedição crente que contato com os beijos de pau será fácil. 22 de abril.
- \_\_\_\_\_. 1969. Queirós Campos não crê que Peret tenha falado em pedir tropa contra beijos-de-pau. 19 de abril. p. 1-14.
- \_\_\_\_\_. 1969. Sertanista vai 2ª feira a M. Grosso entrar em contato com os índios beijos-de-pau. 18 de abril.
- JORNAL DO DIA. 1966. Denúncia de massacres movimenta o SPI para defesa dos indígenas. 29 de janeiro.
- NELSON, Francisco. 1969. "Na terra onde o tempo não passa". *O Cruzeiro*. 19 junho.
- NOVITSKI, Joseph. 1966. Brazil Indian tribe was poisoned by rubber tappers, priest says. *Washington Post*, 31 de janeiro.
- O ESTADO DE S. PAULO. 1969. Os beijos-de-pau ouvem as próprias vozes, gravadas pelo padre Iasi. 22 de maio. p. 1-7.
- \_\_\_\_\_. 1970. Estamos entrando na aldeia dos Beijo-de-Pau. 14 de fevereiro. p.13.
- \_\_\_\_\_. 1974. Há 4 anos jesuíta alertava FUNAI. 22 de janeiro.
- O GLOBO. 1969. Missão da FUNAI tentará pacificar beijos-de-pau. 15 de abril..
- VALLE Jr, Hedly. 1969. "Na terra dos Beijo-de-Pau". *Fatos e Fotos*. 26 junho.

### Microfilmes

- ARAÚJO, João Clímaco de. 1948. [Telegrama referente a índios rondando]. Barão de Capanema (MT), 14 out. 01fl. Acervo Museu do Índio (RJ).
- POSTO INDÍGENA SÃO LOURENÇO. 1950. Telegrama solicitando informações sobre índios. Santo Antônio de Leverger (MT), 15 fev. 01 fl. Acervo Museu do Índio (RJ).
- POSTO INDÍGENA VILHENA. 1966. Relatório das atividades do Posto Indígena Vilhena. Vilhena (MT). Acervo Museu do Índio (RJ).
- SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. 1963-1964. Dossiê. Filme 235. Fot.1651-1666. Acervo Museu do Índio (RJ).
- \_\_\_\_\_. 1965-1966. Documentos avulsos. Filme 236. Fot.1142-1217. Acervo Museu do Índio (RJ).
- 6ª INSPETORIA REGIONAL DO SPI. 1950. Circular sobre pacificação indígena. Rio de Janeiro (RJ). 1950. Acervo Museu do Índio (RJ).
- \_\_\_\_\_. 1951. Radio telegrama sobre pacificação dos índios Tapayuna. Rio de Janeiro (RJ), 07 mar. 01fl. Acervo Museu do Índio (RJ).
- \_\_\_\_\_. 1958. Telegrama referente ao deslocamento de índios e servidores da IR6. Cuiabá (MT). Acervo Museu do Índio (RJ).
- \_\_\_\_\_. 1965. Guia de remessa de material enviado aos índios e trabalhadores dos postos indígenas. Cuiabá (MT). Acervo Museu do Índio (RJ).
- \_\_\_\_\_. CLIMACO, João. 1950. Circular sobre localização de índios. Ponte de Pedra (MT), 15 fev. Acervo Museu do Índio (RJ).

Daniela Batista de Lima

### **Websites**

<http://www.conomali.com.br/>

<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/tapayuna>

<http://clubegeogeo.blogspot.com.br>

## Os Tapayuna na história

### RESUMO

---

Este artigo tem como finalidade situar historicamente os Tapayuna, autodenominados Kajkwakratxi-jê (literalmente “começo do céu”, leste), também conhecidos como Beigo de Pau ou Suyá ocidentais. Pertencem à família linguística Jê e habitavam a margem esquerda do rio Arinos, no complexo Tapajós-Juruena-Arinos. Descrevo, no presente artigo, como o processo de ocupação do rio Arinos pelos não índios culminou nas tentativas de contato e “pacificação” dos Tapayuna, os quais foram transferidos, em 1971, para o Parque Indígena do Xingu – uma decisão tomada à revelia dos índios que resultou na extinção da “Reserva Indígena Tapayuna”, aberta oficialmente a colonização. Neste período os Tapayuna sofreram uma drástica redução populacional, consequência do processo de etnocídio e genocídio ao qual foram submetidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tapayuna; Arinos; Contato; Genocídio; Etnocídio.

## The Tapayuna in History

### ABSTRACT

---

This article aims to historically situate the Tapayuna, who call themselves Kajkwakratxi-Ge (translated as “the beginning of the sky”, East), also known as Beigo de Pau or Western Suya. They belong to the Ge linguistic family and they inhabited the left bank of Arinos River in the Tapajós-Juruena-Arinos complex. In this article, I describe how the process of occupation of the Arinos River by non-Indians lead to attempts of contacting and “pacifying” the Tapayuna, who were transferred, in 1971, to the Xingu Indigenous Park. This decision was made without the agreement of the Indians and it motivated the extinction of the “Tapayuna Indian Reservation”, which was then officially opened to settlement. In this period, the Tapayuna suffered a drastic population reduction, as an outcome of the ethnocide and genocide processes to which they were subjected.

**KEYWORDS:** Tapayuna; Arinos; Contact; Genocide; Ethnocide.

Recebido em: 16/12/2014

Aprovado em: 03/11/2015